



CIEA7 #2:

O DESPORTO NOS PAÍSES AFRICANOS: ENTRE AS PRÁTICAS COLONIAIS E OS PROJECTOS DE MODERNIDADE.

Lorenzo Macagno<sup>o</sup>

victor.lorenzom@ufpr.br

### **Os “bons portugueses” do Atlético Chinês: desporto e fotografia no Moçambique tardo-colonial**

*Na segunda metade do século XIX, chegam a Moçambique os primeiros contingentes de trabalhadores originários do sul da China instalando-se, principalmente, na cidade da Beira. Nas décadas de 50 e 60, seus filhos e netos começam a obter sucesso como comerciantes. Com a iminente chegada da independência, em 1975, estes “portugueses” de origem chinesa emigram a países como Brasil, Portugal, Canadá e Estados Unidos. Esta comunicação analisa, a partir de uma pesquisa realizada junto a famílias instaladas, principalmente, no Brasil, o papel do Clube Atlético Chinês – cuja prática esportiva principal era o basquetebol – como produtor de uma etnicidade diferenciada e, portanto, funcional ao discurso “multiracialista” colonial. Vários dirigentes e membros importantes do Atlético desempenharam, ademais, um papel fundamental na divulgação e promoção da fotografia. Indagamos, também, acerca desse duplo registro “modernizador” – esporte e fotografia – que é, até hoje, um elemento aglutinador na comunidade de memórias desta “diáspora”.*

Moçambique, Desporto, Fotografia.

---

<sup>o</sup> Departamento de Antropologia/Universidade Federal do Paraná.

## INTRODUÇÃO

Algumas vezes, aos domingos, eu e Ching íamos de burra (era assim que chamávamos às nossas bicicletas) pelas margens do Chiveve, para ver os pescadores de mussopo e as vendedoras de marora. O pequeno chinês olhava o poente sobre as águas barrentas e seus olhos estreitos pareciam ver paisagens para além do oceano. Certo dia, ele me convidou para assistir a um desafio de basquetebol. Jogava o seu clube de peito, o Atlético Chinês. “Meu pai não me deixa dizer o nome do Clube em português”, confessou. “E que outro nome tem o Clube?”. É o Tung Hua Athletic Club”

Mia Couto, “A China dentro de nós”, *Indico*, 2008.

Na segunda metade do século XIX, como consequência do fim do tráfico de escravos, as grandes companhias – e os proprietários das *plantations* – começam a incorporar a força de trabalho chinesa proveniente, sobretudo, da província Guangdong, no sul da China. Algumas ilhas do Oceano Índico e do Caribe recebem, naquela época, os primeiros *coolies*<sup>1</sup>. É, precisamente, no ínterim desse processo que a mão-de-obra chinesa começa a chegar à África Oriental e à África do Sul. Em Moçambique, a maioria dos chineses se instalou na cidade da Beira. Alguns anos mais tarde, a chamada *Companhia de Moçambique* (1891-1942) recebe a concessão dos territórios de Manica e Sofala, cuja capital era, precisamente, a cidade da Beira.

Os primeiros contingentes de chineses que chegam a Moçambique eram, na sua maioria, compostos por pequenos artesãos e carpinteiros; outros se dedicariam à pesca e à horticultura. Ao longo de décadas, numerosas companhias de capital britânico, tais como a *South African Timbu*, a *East African Shipping*, a *Allen Wack* e a *The Beira Boating Company*, instalaram-se na região, incentivadas pela existência do corredor econômico e comercial entre Rodésia e Beira, cujo porto constituía a única saída ao mar para o país vizinho. Muitos chineses, bem como seus descendentes, empregaram-se nestas filiais<sup>2</sup>. Os filhos daqueles pioneiros, já nascidos em Moçambique, destacaram-se, sobretudo, como comerciantes, donos de restaurantes e

---

<sup>1</sup> O termo “coolie” provavelmente deriva do hindi “quli”, cujo significado é trabalhador sazonal. Ao longo do século XVIII e XIX, o termo foi utilizado para nomear os trabalhadores de baixo *status*, provenientes da Ásia e da Índia. Com o tempo, foi assumindo o viés de um epíteto racial.

<sup>2</sup> Ao que parece, estas companhias ofereciam bastante estabilidade econômica aos seus funcionários chineses pagando-os, geralmente, em escudos, libras esterlinas e ouro. (Informação pessoal de A. Y., Nova Iorque, 28/05/2010).

de “casas de pasto”<sup>3</sup>. Alguns se empregaram como pequenos funcionários da administração colonial, no porto e na alfândega. Mais tarde, os mais bem-sucedidos conseguiriam fazer fortuna, atuando como empresários e construtores.

Muitas das primeiras famílias que chegaram a Moçambique não cortaram seus vínculos com Guangdong ou com a China em geral. Alguns dos filhos e netos dessa primeira geração foram enviados para estudar – ou mesmo para passar um período com a parte da família, que não pôde se deslocar a Moçambique – em Macau e Hong Kong. Já na década de 30, os violentos ataques japoneses às aldeias de Guangdong, durante a guerra sino-japonesa, fizeram com que aqueles que ainda esperavam retornar a China, mudassem definitivamente de idéia. Assim, a África passou a ser um destino definitivo.

Vale a pena lembrar que a história da província de Guangdong está intimamente relacionada ao tortuoso processo de construção do nacionalismo chinês, que, por sua vez, teve profundas repercussões entre as comunidades chinesas do ultramar. Em 1895, após formar a *Sociedade para a Refundação da China*, Sun Yat Sen decide que a província de Guangdong seria o ponto de partida das atividades revolucionárias. O papel que as associações chinesas cumpririam no exterior seria fundamental na promoção da causa republicana. A principal destas associações – com filiais em vários continentes – era a *Chee Kung Tong*, cujos códigos e práticas associativas respondiam aos princípios da maçonaria. Suas origens remontam ao século XVIII, quando seus associados pretendiam conspirar contra a dinastia *Ching*, ligada aos Manchu. A partir do século XIX, as filiais da *Chee Kung Tong* se estendem por todo o Sudeste Asiático, América, Canadá e Austrália, África do Sul e, como veremos, Moçambique.

Precisamente, o que poderíamos chamar de a pré-história do Clube Atlético Chinês remonta à primeira metade da década de 20, quando é criada, na cidade da Beira, a associação *Chee Kung Tong Club* que respondia, no ultramar, às mencionadas lealdades republicanas e nacionalistas inspiradas em Sun Yat Sen. Seus estatutos foram legalmente aprovados em 22 de fevereiro de 1923, pela Ordem nº 4.449 do Governo do Território da Companhia de Moçambique. Conforme essa normativa, a *Chee Kung Tong* era considerada uma associação beneficente e de instrução, cuja finalidade era promover o bem-estar moral e material da comunidade chinesa. A partir da década de 30, ela passa a ser classificada, em virtude da reforma administrativa do ultramar, como “corporação administrativa”. No final de 1923, a

---

<sup>3</sup> No Moçambique colonial, este era o termo utilizado para se referir aos locais onde os africanos faziam suas refeições.

associação consegue finalizar a construção da sua sede: tratava-se de um importante edifício situado na “baixa”, que seria popularmente conhecido como Clube Chinês.

Em 1943, o *Chee Kung Tong Club* solicita às autoridades da cidade um terreno para que fosse utilizado na “prática de exercícios físicos e desporto”. O terreno encontrava-se, precisamente, ao lado da sede, ou seja, junto ao prédio do Clube Chinês. Em 23 de dezembro de 1943, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal da cidade resolve autorizar, a título provisório, a concessão do terreno à Associação *Chee Kung Tong Club*. Nesse local seria construída, tempo depois, a Escola Chinesa e a quadra de basquetebol do *Thung Hua Athletic Club*, depois mais conhecido como Atlético Chinês ou, simplesmente “Atlético”. Na década de 40, ou seja, em pleno Estado Novo, o *Chee Kung Tong Club* era considerado uma instituição de “beneficência, recreio, educação e instrução” da comunidade chinesa residente na Beira. Como tal, possuía determinadas limitações jurídicas para a aquisição permanente de alguns imóveis. Em virtude dessas limitações, o processo de aquisição e posse do terreno solicitado esteve sujeito a alguns questionamentos por parte das autoridades da cidade.

Com efeito, em 1944, o *Chee Kung Tong Club* faz a tentativa de obter a concessão do terreno de forma definitiva. A Câmara Municipal da Beira resolve indeferir “...visto já ter sido requerido o aforamento” do terreno e, portanto, já se encontrar a correr o respectivo processo. Naquele momento, o Clube Chinês já começava a cogitar a possibilidade da construção de uma escola, onde os filhos dos seus associados estudariam. Porém, pouco tempo depois, o terreno passa a ser objeto de disputa entre a firma Ebrahim Noormahomed & Irmãos e outro particular, o senhor Augusto Ramos de Pádua. Em relação à firma Noormahomed e ao Clube Chinês, a decisão sobre a atribuição destes talhões dependia das normativas de um despacho do Ministério das Colônias, correspondente ao Inciso nº 1 do Artigo 223 da Carta Orgânica. Segundo essa legislação, as concessões de terrenos a “estrangeiros” nas povoações marítimas das colônias estavam sujeitas à aprovação do Conselho de Ministros em Lisboa. O artigo da Carta Orgânica definia como sociedades estrangeiras aquelas que, independentemente de sua sede, fossem constituídas por uma totalidade ou maioria de sócios estrangeiros. Porém, o Código Comercial atribuía a nacionalidade portuguesa às sociedades com sede em território português, ainda que pertencentes a sócios e capitais estrangeiros. Segundo o vogal da Câmara Municipal da Beira que interveio na discussão para decidir a concessão, isto provocava uma aparente contradição. Para resolver o dilema, aconselhou a apelar à própria Carta Orgânica, a qual se pronunciava favorável a um critério político, em detrimento de um critério jurídico, a fim de definir as Associações do Ultramar de caráter “estrangeiro”.

Finalmente, a Câmara Municipal da Beira decide submeter à licitação pública a concessão do terreno. Três concorrentes são autorizados a licitar: o Clube Chinês, a firma Ebrahim Noormahomed & Irmãos e o senhor Augusto Ramos de Pádua. A adjudicação ficou nas mãos do Clube Chinês, que ofertou a maior quantia. Contudo, em 27 de abril de 1944, a Câmara Municipal decide que a atribuição seria em caráter condicional enquanto se não provar ter sido obtida a autorização a que se refere o nº 1 do art. 293 da Carta Orgânica do Império Colonial Português. Entretanto, o *Tung Hua Athletic Clube* (Atlético Chinês) foi compelido a iniciar suas atividades desportivas sob o amparo jurídico do *Chee Kung Tong Club* (Clube Chinês). De fato – e finalmente – no início da década de 50, são construídos o edifício da Escola Chinesa e a quadra de basquetebol no terreno atribuído o Clube Chinês, a partir da referida licitação.

Ao longo de toda a década de 50 e 60, o Clube Atlético Chinês manterá uma intensa atividade desportiva e associativa, até que entre 1974 e 1975 – por motivos que analisaremos de maneira breve no final – os “lusos-chineses”<sup>4</sup> começam a sair do país. Kwin Yin foi, em 1952, um dos primeiros presidentes da Associação Chinesa e do Clube Atlético Chinês. Posteriormente, a presidência do Atlético será assumida por Chin Yok Chong – mais conhecido como Chong<sup>5</sup>. Após o seu falecimento em virtude de uma grave doença, o Atlético Chinês passa a ser presidido por José Sousa Low e, finalmente, por Poo Quin, no início dos anos 70.

Convém recordar que o basquetebol não foi o único esporte praticado pelos chineses da Beira. Nessa época (1950-1960), muitos também se dedicaram ao tênis de mesa, ao bagminton e às artes marciais. Alguns, inclusive, chegaram a fazer suas incursões como jogadores de futebol em alguns dos clubes locais<sup>6</sup>. Porém, foi através

---

<sup>4</sup> Nas fontes coloniais os membros deste grupo são nomeados, em geral, “chineses”, e em outras ocasiões “súbditos chineses” – entendendo-se como súbdito de Portugal. Mas tem aparecido, em alguns casos, o termo “lusos-chinês” para se referir aos membros desta categoria. Nos censos coloniais, são classificados como “amarelos”. Eduardo Medeiros, no seu trabalho pioneiro – infelizmente, ainda, pouco divulgado – prefere falar em termos de “sino-moçambicanos”. A categoria nativa, ou seja, aquela usada pelos próprios chineses da Beira nas suas conversas íntimas é a de “bei-la yan” que em cantonês significa “pessoas da Beira” ou, simplesmente, “beirenses” (agradeço a João de Pina Cabral por me fornecer a correta transliteração desta categoria). Ao longo deste trabalho usarei uma combinação das duas categorias nativas – a do colonizador – que enfatiza o aspecto etno-nacional (chinês) e a dos próprios “chineses” – que enfatizam o local de nascimento, ou seja, Beira. Portanto, me referirei a eles como “chineses da Beira”. Em caso de utilizar a nomenclatura “lusos-chineses” ou “sino-moçambicanos” o farei, sempre, entre aspas.

<sup>5</sup> Chin Yok Chong era, também, o sócio principal da firma “Sociedade Oriental Comercial, Lda.” (*Diário de Moçambique*, Beira, 03/06/68, p. 2). Estava casado com a filha de Voi You (mais conhecido como “Mataquenha”) importante comerciante e empresário local vinculado, também, ao Atlético Chinês.

<sup>6</sup> Alguns chineses jogaram nas equipes de futebol do Centro Recreativo Indo-Português (CRIP). Dentre os clubes que, na época, havia na Beira, podemos mencionar: Sporting Clube da Beira, Sport Lisboa e Benfica, Grupo Desportivo Africano da Beira. Cabe recordar que Sheu Han, um dos grandes jogadores da história do Benfica de Portugal, é filho de um chinês “beirense” (que vive, atualmente, em Curitiba) e de uma mulher africana. Sheu nasceu, na verdade, em Inhassoro, onde muitos chineses – incluindo seu pai – dedicavam-se à exportação de peixes.

do basquetebol que os chineses ganharam notoriedade. Não sabemos exatamente o porquê da eleição deste desporto; tampouco conhecemos o motivo da iniciativa de construir, junto ao Clube Chinês, uma quadra de basquetebol. É possível que essa decisão estivesse relacionada com os intensos vínculos pessoais, associativos e políticos que os chineses beirenses mantinham com seus pares da Rodésia e da África do Sul, onde também existiam associações, clubes e escolas semelhantes às da Beira. Em Johannesburgo, por exemplo, a comunidade chinesa tinha conseguido construir uma quadra de basquetebol próxima das instalações da Overseas Chinese School, também, conhecida como Johannesburg Chinese School. Em 1939, seus pupilos – graças às iniciativas de Fok Yu Kam e Leong Pak Seong – conseguiram formar uma equipe, chamada “629”, que chegou a jogar contra a equipe de Pretória (Yap & Leong Man, 1996: 290). A partir de 1950, as disposições segregacionistas do “Group Areas and the Resevation of Separate Amenities” impediu que chineses da África do Sul participassem de torneios com outros – na linguagem do apartheid – “grupos raciais”. Nesse momento, e para neutralizar o ostracismo provocado por tal medida segregacionista, o Atlético Chinês, junto com os seus pares da África do Sul e da Federação da Rodésia e Niassalândia começam a organizar torneios regionais de basquetebol. Assim, os chineses da Beira começaram a viajar com mais frequência a Salisbury, Pretória e Johannesburgo.

## OS “BONS PORTUGUESES” DO ATLÉTICO

Entre 1950 e 1960, os jornais *Notícias da Beira* e *Diário de Moçambique* começam a retratar, cada vez com mais atenção, acontecimentos relacionados à comunidade chinesa: eventos desportivos, reuniões com autoridades locais, festividades, bem como entrevistas e notas necrológicas. Estas matérias jornalísticas encontram-se perpassadas por um tom celebratório e adulator. Aprendendo a ocupar “seu lugar” e colaborando prestimosamente com a sociedade beirense, estes chineses se tornariam, aos olhos dos seus adutores, “bons portugueses” e “simpáticos” cidadãos.

Tomemos, a título de exemplo, uma nota necrológica publicada em 1958 sobre o falecimento de Mon Man, dirigente da Associação Chinesa e da Escola Chinesa. A nota anunciava: “*Após prolongado sofrimento, faleceu ontem na Casa de Saúde o velho colono Mon Man. O extinto que era natural de Toi Shan – Cantão – contava 66 anos de idade, 42 dos quais passados na nossa cidade onde era comerciante. Desempenhava ainda as funções de Vice-presidente da Associação Chinesa, onde também tinha sido presidente, sendo grande obreiro da nova Escola daquela simpática*

*Associação*”. Nesta nota de “reconhecimento”, um dos aspectos que mais sobressai é, talvez, o uso do adjetivo “simpática” para se referir à Associação Chinesa. Este tipo de enunciados – de imputação de simpatia – não constituía uma elaboração isolada. Ao contrário, era parte de uma narrativa tardo-colonial mais ampla, na qual a adulação, em relação, pelo menos aos potenciais aliados, constituía um traço onipresente. Como uma espécie de ritual de reconhecimento público que se desenrola ao longo dos artigos jornalísticos dedicados à comunidade chinesa, é possível identificar tais narrativas de compatibilidade.

Em outra ocasião, o alvo de atribuição de simpatia foi a Associação da Juventude Católica Chinesa da Beira. O jornalista ressalta os valores de “elevação”, “simplicidade” e “alegria” em volta daquele grupo. Tratava-se da comemoração do quarto aniversário da associação. O jornal comentava: “Comemorando o quarto aniversário da sua fundação e em honra de sua Padroeira Nossa Senhora da Conceição, a Associação da Juventude Católica Chinesa da Beira levou a efeito, no salão do edifício da Acção Católica, uma interessante festa, que decorreu num ambiente de muita elevação, simplicidade e alegria. Eram 15 horas quando o presidente da Associação Luis Chin, tomou a palavra para saudar todos os presentes, dar a razão de ser da festa e agradecer a quantos têm dedicado a sua atenção e carinho a esta jovem mas prestimosa e simpática agremiação, destinada a unir, amparar e estimular os jovens cristãos chineses da Beira”. Ao atributo de “simpática” agrega-se, na nota citada, o de “jovem” e “prestimosa”.

Contudo, foi sem dúvida no âmbito da prática do desporto – e mais especificamente em torno do crescente protagonismo que os chineses da Beira adquiriram como basquetebolistas – onde o adjetivo de “simpáticos” mais se expandiu e se reproduziu. Já em 1960, quando a equipe feminina de basquetebol ganhou o campeonato da Beira, o jornalista que cobriu o evento qualificou a equipe como “campeã da simpatia”. Na sua dinâmica classificatória de atribuição de um caráter, um *ethos*, ou um “estilo”, o termo iria se tornando uma espécie de operador étnico recorrente para se referir aos “sino-moçambicanos” como um todo.

Em 1954, Agostinho de Campos, jornalista do *Diário de Moçambique*, fez uma longa entrevista com o “avançado direito” do Atlético Chinês, João Ping (ou John Ping). Naquela época, João Ping contava com apenas 22 anos, mas perfilava como uma grande individualidade de sua equipe. Na entrevista, acompanhada também por uma fotografia, o jornalista se referia a João Ping como “O jogador Nº 4 do simpático Atlético”.

Mas antes disso, por volta de 1953, o *Diário de Moçambique* começa a publicar periodicamente uma seção dedicada às equipes de basquetebol da Beira, intitulada

“Galeria dos Campeões”. Por ali desfilariam a equipe masculina de “honras” do Atlético Chinês (ou seja, a equipe principal), bem como as equipes femininas e *juniores*. O título que acompanha a nota sobre a equipe masculina não poupava elogios: “Esta é a nossa melhor equipa de basquetebol: O Atlético Chinês”. O grupo é apresentado como “consciente” e “simpático”. Quase duas semanas mais tarde, chegou a vez de prestar homenagem à equipe júnior do Atlético. Uma vez mais, as “Duas palavras” da nota de apresentação se iniciam com a categoria de adulação, já tantas vezes repetida: “A equipa de juniores do simpático Atlético Chinês é, sem sombra de qualquer dúvida, uma turma de futuro”.

Poucos dias depois, o mesmo jornal realiza uma homenagem à equipe feminina do Atlético. Nesta ocasião, os membros foram qualificados como “briosos”, “aprumados” e “bons esportistas”. O atributo da “simpatia” também voltou a aparecer. Desta vez, o termo aparece três vezes ao longo do mesmo texto, uma para se referir ao Atlético como um todo, e outras duas para descrever a sua capitã.

Entre o final de 1950 e início de 1960, alguns jogadores e jogadoras do Atlético Chinês começam a ter um destaque nacional. Houve, inclusive, alguns poucos casos que, a convite de dirigentes de clubes portugueses, continuaram suas carreiras no basquetebol profissional na Metrópole. Tal é o caso de Quen Gui que, em 1964, é contratado para jogar na Acadêmica, em Coimbra. Tempos depois, em plena “guerra colonial”, Quen Gui é mobilizado para defender a bandeira portuguesa. Assim, permaneceu entre 1972 e 1974 atuando como furriel do exército na província de Tete, uma das regiões de Moçambique onde a guerra contra a FRELIMO se desenvolvia com mais intensidade. Quen Gui participou em numerosos campeonatos nacionais em Portugal e, ainda hoje, é lembrado como uma das grandes figuras históricas do Clube.

O contexto de elaboração das narrativas jornalísticas acima referidas coincide com o momento no qual Portugal pretendia mostrar à comunidade internacional uma singular vocação ultramarina. Esta posição se radicalizou quando, diante das pressões descolonizadoras externas, Portugal esgrime o argumento da suposta existência de uma irreversível conexão emocional entre Metrópole e colônias. Tratava-se de uma espécie de “política colonial dos sentimentos” que bebia, com entusiasmo, das fontes lusotropicalistas criadas por Gilberto Freyre: “Somos pobres materialmente, mas ricos de espírito” ou “Somos um país pequeno, mas o nosso coração é grande” rezavam alguns dos slogans preferidos da época. Em grande medida, esta dimensão da emocionalidade permite abordar, de forma singular, os processos de construção do Outro – como um “próximo-distante” – e como um virtual membro da “família” lusa. No caso dos chineses da Beira, seu talento para exercer o papel de “bons portugueses”



residia, também, em outros dois bons atributos igualmente valiosos para a administração colonial. Em primeiro lugar, tratava-se de uma comunidade que descendia dos velhos opositoristas republicanos, mais tarde contrários ao regime de Mao Tse Tung. Situavam-se, portanto, nas antípodas da “ameaça comunista”. Por outro lado, o *habitus* dos chineses beirenses – e seu *ethos* sempre orientado à ascensão social e econômica – acomodou-se sem inconvenientes às investidas modernizadoras da administração portuguesa deste período. Ao mesmo tempo, o exercício dessa modernidade não contradizia a lembrança – em certas festividades públicas – de uma herança civilizacional milenária – como, por exemplo, a comemoração, na Beira, do Ano Novo chinês. A evocação ritual desta data – bem como de outras celebrações – fazia com que ela se tornasse etnicamente inofensiva às pretensões assimiladoras de Portugal; tratava-se, certamente, de um “retorno”, meramente festivo, à China. Mas, ao mesmo tempo, a incorporação simbólica desse passado não destoava do ideal civilizatório português perpassado, muitas vezes, por uma admiração orientalista singular. Ambos, universos “civilizatórios” longe de se anularem, podiam se admirar e reconhecer reciprocamente.

## A CONSTRUÇÃO COLONIAL DA SIMPATIA

Nas narrativas jornalísticas acima evocadas, vislumbra-se a elaboração de uma peculiar “política colonial dos sentimentos”. Entretanto, as afinidades eletivas nascidas no cerne dessa política fizeram com que os “chineses” da Beira constituíssem uma espécie de etnicidade inofensiva aos olhos da empreitada tardo-colonial. Talvez aqui torna-se oportuno recordar o desafio que Edward Shils nos propunha no seu ensaio pioneiro sobre as lealdades primordiais. No núcleo dos problemas apresentados naquele trabalho reside um autêntico programa de pesquisas empíricas para entender os processos de construção, tanto do “inimigo”, como do “amigo”. Não estamos sugerindo que as dinâmicas políticas deste período – caracterizadas, sobretudo a partir de 1962, por uma crescente militarização do Estado colonial – não devam ser analisadas sob a “materialidade” das operações militares ou da violência armada. Porém, como nos mostra a análise de João Paulo Borges Coelho sobre a passagem do que ele denomina uma “violência colonial ordenada” a uma “ordem pós-colonial violenta”, é possível constatar que, neste período as chamadas operações de ação psico-social foram tão importantes como as próprias mobilizações militares. Aqui, portanto, o elemento “emocional”, longe de constituir uma simples superestrutura ou algo semelhante, assume, à sua maneira, uma materialidade ou, se preferirmos, uma

espécie de “segunda natureza” sobre a qual se buscava construir o consenso e a governabilidade colonial. Porém, o que pretendemos mostrar aqui é que, para além de uma razão instrumental veiculada pelas referidas operações “psicossociais”, também operava uma razão simbólica, ou seja, uma dimensão na qual a crença nos atributos positivos – ou negativos – dos potenciais aliados – ou dos potenciais inimigos – possuía um papel central.

O esporte, na qualidade de ritual coletivo de agregação e – evocando aqui a Clifford Geertz – de “cultura pública”, pode ser tomado alternativamente como “modelo de” e “modelo para”. Ou seja, como metáfora de um *ethos* ou de um modo de ser “cultural” e como instância geradora – e, simultaneamente, auto-explicativa – de determinadas ações. Do ponto de vista dos próprios atores da modernidade colonial – jornalistas, administradores, enfim, porta-vozes “autorizados” – o esporte pode ser o texto no qual se lêem as virtudes de um grupo – ou se preferirmos, de um “povo” – e, ao mesmo tempo, a chave interpretativa para entender seu “caráter”. Com efeito, foram precisamente através das notas sobre os jogos de basquetebol que os jornalistas da época construíram uma forma de ser dos chineses. Mas não apenas isso: era através da imputação de simpatia que as narrativas jornalísticas podiam alegar a possibilidade de uma recíproca aproximação entre a “família lusa” e os chineses.

Porém, a atribuição de simpatia encerra uma operação de nomeação, cujas conseqüências são, ao menos na aparência, contraditórias: ela cria, no objeto alvo de tal atribuição, uma condição de transitoriedade perpétua. Ou seja, ao mesmo tempo em que a imputação de simpatia aproxima esse Outro, paradoxalmente, tal movimento de “aproximação” o torna um distante pela simples operação que faz com que ele exista apenas sob a esfera – e sob a condição – de uma atribuição categorial externa. Dificilmente escolheríamos o mote da “simpatia” para adular a um próximo consangüíneo (um pai, uma mãe ou um irmão); mas com certeza poderíamos aplicar o adjetivo a um vizinho ou a um hospede circunstancial. Dito de outra forma, a imputação de simpatia se aplica sempre a um próximo mais ou menos distante (ou, se preferirmos, a um distante mais ou menos próximo), mas nunca a alguém, cuja proximidade é natural e “primordialmente” pressuposta.

Em grande medida, a atribuição de simpatia opera de maneira simétrica e inversa à acusação de bruxaria. Enquanto uma é acionada como categoria conciliatória, a outra funciona como categoria acusatória. Na medida em que uma anuncia e divulga a qualidade inofensiva do interlocutor, a outra adverte sobre seu caráter maléfico. Contudo, ambas, na sua qualidade de anúncio – ou seja, boatos e “crenças” que se tornam públicos – podem assumir a forma de autênticas profecias

auto-realizadas e, como tal, operarem com idêntico poder classificatório e com a mesma eficácia performativa. As duas compartilham, apesar de engendrarem conseqüências políticas inversas, a mesma gramática da dominação. Ou seja, em ambos os casos, cria-se um Outro no momento em que é anunciada – ou denunciada – sua suposta qualidade positiva ou negativa. Ao nomear o Outro – ou falar por ele – é-lhe atribuído um caráter, uma idiossincrasia, um *ethos* e, porque não, uma “cultura” da qual os indivíduos alvos dessa atribuição dificilmente poderão escapar, salvo possuam, por assim dizer, uma habilidade *goffmaniana* para construir, recriar ou resignificar os atributos – ora estigmatizadores, ora celebratórios – que lhe são impostos.

A atribuição de simpatia – evocada nas notas jornalísticas apresentadas acima – não se processa num cadinho de representações politicamente neutro. Ao contrário, ela cria no sujeito adulator uma expectativa de reciprocidade iminente e, portanto, a possibilidade de construção de um vínculo moral: o objeto adulado deve responder com um gesto firme e inequívoco para devolver, assim, a confiança que se lhe deposita. Portanto, as categorias de adulação criam um compromisso virtual para a “colaboração”. Dito de outra forma, a metalinguagem envolvida nesta dinâmica de potenciais afinidades poderia ser traduzida como: “você pode ser um dos nossos, mas precisa demonstrá-lo”. De fato, a partir dos primeiros acontecimentos independentistas contra Portugal na África, e num momento no qual a China maoísta – sobretudo em Angola – começou a apoiar esses movimentos, os chineses de Moçambique tiveram que fazer um gesto inequívoco para evidenciar sua vocação de “bons portugueses”. Naquele momento particularmente tenso e conflituoso para Portugal, a comunidade chinesa da Beira não podia defraudar a confiança que, como bons cidadãos, se lhes havia sido depositada. Neste sentido, um acontecimento que provocou, por parte dos chineses da Beira, um gesto grandiloqüente de apóio a Portugal foi quando, em 1961, se desata a luta pela independência de Angola. O massacre de alguns colonos civis naquele país – por parte de seguidores de Holden Roberto da UPA, e posterior fundador do FNLA – criara uma crescente perturbação em todo Ultramar. A partir desses incidentes, em novembro de 1961, um contingente de dirigentes do Atlético chinês, bem como membros da juventude católica chinesa da Beira decide expressar publicamente sua solidariedade com a “família lusa” e doar em mãos do Governador da Província de Manica e Sofala, o Comandante Lopes Praça, um cheque destinado às “vítimas do terrorismo” em Angola.

Na cerimônia de entrega do cheque – que foi noticiada na primeira página do jornal *Notícias da Beira* – participaram vários membros do Atlético Chinês, seu presidente Po Quin, bem como o presidente da Juventude Chinesa Católica da Beira,

Hon Quin Chee. Na ocasião, Chee, encarregado de pronunciar o discurso diante o Governador, referiu-se a Moçambique como um “pedaço de terra portuguesa que também já é nossa”.

A expressão pública de solidariedade para com Portugal, manifestada pela comunidade chinesa da Beira, constitui uma espécie de metáfora da construção colonial da simpatia à qual nos referíamos acima. Era claro que, no caso dos chineses de Moçambique, a atribuição de simpatia podia funcionar, também, como um mecanismo de criação, nesse próximo-distante, de um compromisso de reciprocidade obrigando-o implicitamente a devolver, sob a forma de uma lealdade inquebrantável, a adulação e os elogios recebidos. Pois bem, aqui, de forma perigosamente sedutora, os gestos que veiculam o “reconhecimento” do Outro – e suas respectivas categorias de adulação – englobam outra metalinguagem: aquela que permite vislumbrar a construção colonial da simpatia como uma forma de construir o ‘duplo vínculo’ da dominação. Nem completamente portugueses, nem completamente chineses, quando os novos ventos políticos mudaram de direção, tanto na Metrópole, como no Ultramar, o único destino possível que restou para os “sino-moçambicanos” foi a *diáspora*<sup>7</sup>. Com a independência de Moçambique e o movimento de 25 de abril em Portugal, os outrora adutores destes “bons portugueses” perdem espaço no novo cenário local e internacional. Sem mais poderem recorrer a um “pai” – ou a uma “mãe” – que os enchessem de elogios, os chineses da Beira ficaram, por assim dizer, órfãos. Os “simpáticos” amigos se tornarão, da noite para o dia, ameaçadores inimigos.

## O “ENCONTRO” COM O ATLÉTICO NAS FOTOGRAFIAS DA DIÁSPORA

Entre o final da década de 60 e início dos anos 70, quando a guerra entre a FRELIMO e o exército português fazia-se cada vez mais intensa, os chineses da Beira – como “cidadãos” de Portugal – começam a ser convocados ao serviço militar para defenderem a bandeira portuguesa. Tempos depois, com a derrota do exército português, são iniciadas em Lusaka as negociações para a independência. Na

---

<sup>7</sup> Fazemos aqui um uso provisório do termo. Consideramos que a própria noção de diáspora deve ser, à luz do caso “sino-moçambicano”, repensada e re-problematizada. De qualquer forma, cabe mencionar que não é um simples acaso que o termo diáspora comece a sair de seu uso restrito – cujo referencial primordial seria o da “diáspora judaica” – e passe a ser utilizado pela primeira vez nas ciências sociais em 1965, para se referir, justamente, aos “chineses de ultramar”. Ver: Joseph Harry Haines. *Chinese of the Diaspora*. London: Edinburgh House Press for the World Council of Churches Commission on World Mission & Evangelism, 1965. Será o caso dos chineses da Beira um caso particular de uma problemática mais ampla – e extensamente trabalhada – subsumida sob o conceito de “diáspora chinesa”? Ou será apenas um caso análogo ao de outras “minorias asiáticas”, oriundas de países africanos – como os indianos – que também se viram forçados ao exílio?

qualidade de “proprietários” e enquanto suspeitos de cumplicidade com o regime, a comunidade chinesa começa a sentir a partir de 1974 – ou seja, durante o governo de transição – uma hostilidade crescente. Com a independência, a desconfiança se incrementa: requisições noturnas imprevistas e armadas à procura de “mercadoria escondida”, imposição de trabalhos manuais em momentos arbitrariamente estabelecidos (“varrer a rua”, “fazer pousos”, eram, conforme depoimentos de beirenses entrevistados em Curitiba, algumas das tarefas impostas), bem como a obrigação diária de participar nos comícios dos Grupos Dinamizadores<sup>8</sup>. Em pouco tempo a FRELIMO se transforma num Partido/Estado, cujo discurso de construção da nova nação moçambicana passa, a partir do III Congresso de 1977, pela adesão ao “marxismo-leninismo”. A lei de nacionalizações já havia começado a vigorar. Mesmo não havendo uma “expulsão” deliberada da comunidade chinesa, as referidas mudanças políticas fazem com que os chineses passem, num pequeno intervalo de tempo, de “proprietários” simpáticos a “inquilinos” indesejados. O abandono do país – já iniciado entre 1973 e 1974 – intensifica-se logo após a independência. Em alguns casos, a saída foi planejada com certa antecedência, através do acionamento dos respectivos contatos e redes de relações externas. Macau e Taiwan foram alguns dos seus destinos iniciais; porém, a grande maioria se dirigiu ao Brasil, mais especificamente, à cidade de Curitiba<sup>9</sup>. Outros se “dispersaram” entre Portugal, Austrália, Canadá e Estados Unidos.

Com a independência de Moçambique, o tênue fio da simpatia – aquele que fazia dos chineses ‘bons portugueses’ – se quebra. As circunstâncias políticas mudam. No Portugal da Revolução dos Cravos, a figura dos *retornados*, incluindo a dos “sino-moçambicanos”, passa a se tornar incômoda. Em troca, o Brasil, governado naquela altura por Ernesto Geisel – e no contexto das políticas de recepção para os *retornados* da África portuguesa – permite-lhes o acesso aos vistos de estadia e autorizações de trabalho.

Será essa dispersão, que os chineses da Beira começam a experimentar a partir de 1975, uma espécie de profecia auto-realizada, alimentada pela sua perpétua condição de próximos/distantes? Nunca completamente portugueses, nunca completamente chineses, a possibilidade de um futuro moçambicano para estes outrora “simpáticos” acaba se transformando numa quimera, logo no início do

---

<sup>8</sup> Os *Grupos Dinamizadores* eram instâncias de mobilização e “esclarecimento” (nas fábricas, nos bairros etc), cuja função era a de intermediar as orientações do Partido (FRELIMO) e as estruturas locais de organização da sociedade.

<sup>9</sup> Atualmente, conforme estatísticas que necessitam ser aprimoradas, existem em Curitiba aproximadamente 100 famílias de “sino-moçambicanos”, o que totaliza cerca de 1000 indivíduos. Em São Paulo, segundo depoimento dos próprios “sino-moçambicanos”, existem cerca de 50 famílias.

processo da independência: “agora eu sou um africano, de origem chinesa, nacionalidade portuguesa, naturalizado brasileiro”, confessava um dos meus interlocutores em Curitiba, enquanto se lembrava da sua pacata vida na Beira dos anos '60.

Não é possível traçar um itinerário comum na experiência desta dispersão. Os beirenses, cujas famílias possuíam uma rede de relações culturais e comerciais que se estendiam a lugares como Hong Kong, Taiwan ou Singapura, conseguiram construir estratégias de saída e preparar com maior planejamento material suas vidas fora de Moçambique. Já aqueles que, no momento da dispersão, não puderam contar com a ajuda de parentes distantes, tiveram alguma colaboração da parte de funcionários consulares, nos seus respectivos países de destino, sobretudo no Brasil onde, a partir do mencionado acordo com Portugal, os “retornados” das ex-colônias – incluído os beirenses - tiveram alguma proteção diplomática. Tal como reconheceu um deles que hoje vive em Curitiba “nós éramos refugiados de primeira categoria”. Portanto, aqueles que conseguiram sair em melhores condições puderam levar consigo alguns pertences pessoais, dentre eles suas fotografias de família.

As imagens fotográficas que acompanhavam as notas jornalísticas sobre o Atlético Chinês veiculadas no *Diário de Moçambique* e *Notícias da Beira*, não são simples imagens de caráter público. Na verdade, elas surgem do próprio universo familiar “íntimo” dos chineses da Beira e, se bem circularam nas matérias às quais fizemos referência, são, como tais, parte de um acervo de memórias albergado pela própria diáspora.

A fotografia – suas práticas e representações – ocupam um lugar central na constituição do *habitus* cultural e de classe dos chineses da Beira. Por volta de 1950, havia na cidade três estúdios fotográficos, cujos proprietários pertenciam a essa comunidade: Foto Estúdio, cujo dono era Eginwo Shung Chin (pai do já evocado basquetebolista João Ping – ou John Ping –, falecido em 1984); Foto Beira, cujo dono era Lee King Wing e, finalmente, Foto Central, que pertencia a Kom Loom, quem, atualmente, vive na Austrália. Nas instalações destes Estúdios foi retratada grande parte da vida social, esportiva e cultural dos chineses. Contudo, as fotografias guardadas por estas famílias espalhadas pelo mundo não são apenas fotografias de “Estúdio”. Com efeito, entre o final da década de 1940 e início dos anos 50, muitos deles – comerciantes bem-sucedidos – começaram a adquirir bens de consumo como aparelhos de rádio, automóveis, toca-discos e máquinas fotográficas. Assim, aos poucos, as máquinas fotográficas foram saindo do *estúdio* e entrando na vida cotidiana. Era possível, agora, deslocar-se e registrar as imagens da comunidade em inúmeros momentos, como piqueniques, bailes da Escola Chinesa, encontros

esportivos, passeios, saídas ao “mato” para caça ou pesca, cerimônias oficiais e assim por diante. Meu *encontro*, por assim dizer, com a “diáspora sino-moçambicana” foi, em grande medida, um encontro com imagens fotográficas.

Algum tempo depois das minhas entrevistas e conversas, realizadas entre 2005 e 2009 com os chineses beirenses de Curitiba, retornei a Moçambique, percorrendo o caminho inverso ao por eles realizado há mais de 30 anos. Atualmente, no edifício da antiga Escola Chinesa funciona a escola pública Agostinho Neto; já o velho prédio do Clube Chinês serve como sede regional do ARPAC (Arquivo do Patrimônio Cultural). Mas, para além da “experiência” de percorrer os espaços – acerca dos quais eu tanto ouvira falar em Curitiba – era necessário confirmar, através das fontes da época, um protagonismo que, nas narrativas da diáspora, parecia auto-evidente. Nos jornais consultados no Arquivo Histórico de Moçambique encontrei várias imagens embaçadas, as mesmas que dentre tantas outras eu já havia conhecido em Curitiba, na sua forma clara, nítida e original. Se em Moçambique essas fotografias não passavam de história depositada nos arquivos, no Brasil elas formam parte de um universo de referências muito presente; e o que é ainda mais importante: possuem – parafraseando Arjun Appadurai – uma “vida social”. Essas imagens constituem, para a diáspora “beirense”, um lugar de memórias, ao qual é possível retornar uma vez ou outra. O fato de ao mesmo tempo pertencerem a um registro público – os jornais – e privado – os álbuns de família – torna-as testemunhas incontornáveis do protagonismo que estes “bons portugueses” possuíam na modernidade colonial da Beira dos anos 50 e 60. Uma modernidade que, diga-se de passagem, nunca se resignariam a abandonar.

Mesmo que alguns beirenses – sobretudo os mais velhos – tenham conseguido, após sua saída de Moçambique, manter a ‘nacionalidade’ portuguesa, muitos deles, no momento das renovações dos seus passaportes – nos respectivos consulados portugueses dos países nos quais se instalaram – depararam-se com respostas negativas. Esta negação, que consuma sua condição de “portugueses” agora não reconhecidos, tem produzido as mais variadas narrativas que circulam – como mitos de decepção contados e recontados uma e outra vez – no seio da comunidade de beirenses espalhados pelo mundo. Dentre estas narrativas, uma das mais conhecidas e ilustrativas se refere ao que aqui poderíamos denominar de “o incidente do passaporte”. A causa que provocou tal incidente, acontecido no consulado de Portugal em Curitiba, teria sido a negativa, por parte das autoridades consulares, de conceder a renovação da nacionalidade portuguesa a um beirense da “diáspora”. A reação a esta negativa teria sido imediata: ali mesmo, no balcão de atendimento, este “beirense” teria rasgado uma a uma as páginas de seu velho

passaporte português e as teria lançado na cara da funcionária consular. O outrora “simpático” chinês torna-se, agora, indesejável e agressivo.

O incômodo emocional destes chineses da Beira é reforçado diante do aparente paradoxo de que muitos deles defenderam, durante a guerra contra a FRELIMO, a bandeira portuguesa. Tal como desabafava um beirense, morando hoje em Curitiba: *“Eu servi quarenta e cinco meses no exército. Tentei renovar meu passaporte português e fui recusado, pá’. Eles não me reconheceram como cidadão português. Foi uma das razões pela qual eu me naturalizei brasileiro. Não me reconheceram. Nasci em Moçambique, lutei em Moçambique, tive que jurar a bandeira portuguesa como fazem todos os portugueses antes de servir o exército. E, mesmo assim, não me reconheceram”*. Os critérios objetivos – e políticos – dos agentes definidores do “nacional” mudam. Com esta mudança, a subjetividade daqueles atores, agora alvos de novas denominações identitárias, passa de um confuso sentimento de “afinidade” a uma clara decisão “eletiva”: *“agora, eu me sinto mais brasileiro, por isso me naturalizei brasileiro”*.

Com as mudanças do período pós-colonial, muda também o estatuto dos chineses beirenses. A independência de Moçambique e o fim da ditadura em Portugal trazem novos porta-vozes a um cenário, já pleno de sentimentos de desconfiança e apreensão em relação aos outrora “bons portugueses”. Tais sentimentos obedecem, em parte, às novas circunstâncias nascidas da derrota militar e política de Portugal no Ultramar; ou seja, tratava-se de um momento no qual a própria substância que alimentava a idéia de nação encontrava-se em plena mudança e precisava, urgentemente, recompor-se sob novas bases identitárias e políticas. Portugal atravessava, portanto, o momento limiar no qual devia abandonar os desígnios de sua vocação Imperial e começava a enxergar os desafios do seu iminente futuro europeu. Como portadores de uma cidadania ambígua, os chineses beirenses tiveram, também, que reinventar sua condição de (ex) portugueses nascidos em Moçambique. Entretanto, as memórias em torno ao Atlético Chinês, bem como as fotografias de família que evocam seu passado esportivo, constituem, para os “beirenses” da diáspora, uma fonte densa e significativa para a produção e reprodução dessa reinvenção identitária.